



180  
3.21 B

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0165252-4  
APELANTE: Município de Caruaru ✓  
APELADO: José Hamilton de Lima  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5470

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. ANTIGO CELETISTA. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. LEI MUNICIPAL Nº 3.672/94. DEMISSÃO SEM A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. ARTIGO 5º, INCISOS LIV E LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 1. Rejeitado o agravo retido no qual se arguiu a preliminar de prescrição do fundo de direito, pois a ação foi proposta dentro do prazo quinquenal regulado pelo Decreto nº 20.910/32. 2. Rejeitada a preliminar de "constitucionalidade" do ato demissionário, por se confundir com o próprio mérito da causa. 3. A questão de fundo versa sobre a reintegração em cargo público de servidor cujo vínculo celetista com a Administração foi transmutado para o Regime Jurídico Único (Lei Municipal nº 3.672/94). 4. No caso concreto, o servidor público foi demitido pela Edilidade sem a instauração de procedimento administrativo (sem contraditório e ampla defesa, portanto). 5. A esse respeito, os Tribunais Superiores têm assentado que os servidores públicos, ainda que não gozem de estabilidade, não podem ser exonerados do cargo sem a observância do devido processo legal. 6. Necessidade de se assegurar o exercício pleno do direito de defesa, a teor da previsão constitucional dos incisos LIV e LV do art. 5º, da Carta da República. 7. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0165252-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em rejeitar as preliminares argüidas e, no mérito, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos dos votos do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0165252-4  
APELANTE: Município de Caruaru  
APELADO: José Hamilton de Lima  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face de sentença que julgou procedente a ação ordinária de reintegração em cargo público proposta por **José Hamilton de Lima** em face do Município de Caruaru.

Aduziu o autor, ora apelado, em apertada síntese:

- i) ser funcionário público da Prefeitura Municipal de Caruaru desde 01.05.1987, conforme contrato de trabalho acostado às fls. 15;
- ii) ter sido demitido do quadro de pessoal da edilidade, em 04.10.2001, sem a prévia instauração de procedimento administrativo (sem a garantia do contraditório e da ampla defesa, portanto).

Antecipação de tutela deferida às fls. 23/30.

Interposição de agravo retido às fls. 35/53.

A sentença *a quo* julgou procedente o pedido, ao fundamento de ser ilegal a demissão sumária de servidor público, sem a instauração do devido processo legal, a teor do art. 5º, LIV, da Constituição Federal de 1988 (fls. 220/233).

O Município, em recurso voluntário de fls. 239/259, requereu, preliminarmente, o conhecimento e provimento do agravo retido, e bem assim argüiu a preliminar de constitucionalidade da rescisão contratual promovida pelo ente público. No mérito, alegou que o servidor não era detentor de cargo público de provimento efetivo, nem tampouco era estável por força do art. 19 do ADCT.

Contra-razões às fls. 267/271.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pela manutenção da sentença (fls. 283/286).

Em sede de julgamento monocrático de fls. 289/292, esta Relatoria deu provimento ao agravo retido, para reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal na espécie, e, conseqüentemente, deu provimento ao reexame



182 212  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

necessário, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a extinguir o processo com apreciação do mérito.

Em seguida, o autor/apelado ingressou com Agravo Regimental, o qual foi conhecido como Recurso de Agravo, a teor da dicção do art. 557, § 1º, do CPC, sustentando que interpôs a ação ordinária dentro do quinquênio legal, e que ocorrera um equívoco do setor de distribuição do Fórum de Caruaru ao consignar o dia 09/10/2006 como sendo a data da propositura da ação, ao invés de 28/09/2006.

Esta Relatoria, ao verificar o novo documento juntado pelo agravante, qual seja a contra-fé da petição inicial na qual constam carimbo e assinatura de funcionária daquele Fórum, em data de 28 de setembro de 2006 (fls. 06 dos autos do AgREg 0165252-4/01 apenso), **reconsiderou** a decisão terminativa monocrática, a fim de revogar o decreto de extinção do processo, determinando, ato contínuo, o prosseguimento regular da apelação.

Após o trânsito em julgado desta última decisão, vieram-me os autos conclusos.

É o que de relevante há a relatar.

À douta revisão para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 03 de novembro de 2009.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
 GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
 OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0165252-4  
 APELANTE: Município de Caruaru  
 APELADO: José Hamilton de Lima  
 RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO PRELIMINAR: O AGRAVO RETIDO (PRESCRIÇÃO)**

Conforme o art. 523, § 1º, do CPC, a apreciação do agravo retido está condicionada à reiteração do pedido de julgamento nas razões do recurso, ou em sua resposta, sob pena de não conhecimento da irresignação.

Como visto, o apelante requereu, em preliminar, o conhecimento e provimento do agravo retido de fls. 35/53, interposto em face da decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela.

Tendo o apelante cumprido a exigência supra mencionada, conheço do agravo retido e passo ao exame das suas razões.

No que tange à prescrição do fundo de direito, alegada em preliminar, observo que o ato demissionário data de **04 de outubro de 2001** (fls. 18), enquanto a propositura da ação – consoante contra-fé acostada às fls. 06 dos autos do AgREg 0165252-4/01 apenso –, ocorreu em **28 de setembro de 2006**.

*In casu*, é de se notar que o prazo legal para a propositura da ação escoar-se-ia em 04 de outubro de 2006.

Assim, verifico que a ação foi proposta dentro do prazo quinquenal de que trata o Decreto nº 20.910/32, motivo pelo qual **nego provimento** ao agravo retido, rejeitando a alegação de prescrição.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.  
  
 Des. Francisco Bandeira de Mello  
 Relator

323 p 184



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0165252-4  
APELANTE: Município de Caruaru  
APELADO: José Hamilton de Lima  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A "constitucionalidade" do afastamento do autor/apelado do quadro de funcionários da Edilidade, argüida em preliminar pelo apelante, em verdade consubstancia questão de mérito, e como tal será enfrentada.

Principiando o enfrentamento da matéria de fundo, observo que o autor, ora apelado, ingressou na edilidade em 01 de maio de 1987, mediante contrato de trabalho temporário firmado com a Prefeitura Municipal de Caruaru (fls. 15).

Decerto que o seu ingresso na edilidade ocorreu sem aprovação prévia em concurso público, e que, em 05.10.1988, data da promulgação da vigente Constituição Federal, tampouco contava ele com cinco anos de efetivo exercício.

No entanto, também é certo que, por força do Regime Jurídico Único do Município (Lei Municipal nº 3.672/94), acostado pelo apelante às fls. 165/167, **teve seu emprego transformado em cargo público, passando à condição de servidor público estatutário.**

Assim, evidenciada a situação fático-jurídica criada pelo próprio Município, é de se notar que se o autor/apelado foi guindado ao quadro estatutário por força de lei local, não poderia, na condição de servidor público, ter sido exonerado de seu cargo sem que fossem observados os requisitos do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Carta Magna, *in litteris*:

"Art. 5º .....

(....)

*LIV- Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;*

*LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."*

185324 P



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Em sentido contrário à pretensão do apelado, alega a edilidade que a transformação de emprego em cargo público, sob a égide do regime jurídico estatutário, não implica na obtenção da estabilidade a que alude o art. 41, § 1º, da Constituição Federal de 1988 (apelação, fls. 258), motivo pelo qual poderia a Administração exonerar o ocupante do cargo sem a instauração de procedimento administrativo prévio.

Porém, os Tribunais Superiores têm assentado que a exoneração de servidores públicos estatutários, estáveis ou não, exige a instauração do competente procedimento administrativo.

Nesse sentido, trago à baila os seguintes arestos da Suprema Corte:

**CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.**

**I. - Servidor público, ainda que não goze de estabilidade excepcional, não pode ser exonerado do cargo sem a observância do devido processo legal. II. - Agravo não provido.**

(STF, RE-AgR 409997 / AL, Relator: Ministro Carlos Velloso, DJ 16-12-2005)

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO NÃO ESTÁVEL. DEMISSÃO. GARANTIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INOBSERVÂNCIA.**

**1. Servidor público não estável. Demissão por motivo de conveniência administrativa e interesse público. Inexistência de processo administrativo. Nulidade de ato de dispensa por inobservância da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa.**

**Agravo Regimental não provido. (Agravo no Recurso Extraordinário nº 287.374-8 MG, Relator: Ministro Maurício Corrêa, DJ 31.08.2001)**

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça:

**ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS. ANTIGOS CELETISTAS. DISPENSA DO CARGO PÚBLICO. REGIME JURÍDICO ÚNICO. REGULAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. LEI 10.254/90. AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA.**

**- A demissão de cargo público impõe sejam observados requisitos formais e de conteúdo por parte da Administração, como a instauração de prévio processo administrativo em que seja assegurado o exercício de pleno direito de defesa.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

- O ordenamento constitucional do Estado de Minas Gerais admitiu a possibilidade de exoneração de servidor público não-estável, não tendo sido estabelecido, todavia, na legislação infraconstitucional qualquer regra para disciplinar esse preceito, ressalvando, tão-somente que o detentor de função pública não-estável poderia ser dispensado por ato motivado, se assim recomendasse a conveniência administrativa.
- Não reúne condições de prosperar, à luz do regime jurídico estatutário estabelecido para os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, ato de dispensa sem um procedimento que determinasse a conveniência ou não da permanência daqueles servidores no serviço público, inclusive com o direito de defesa.
- Recurso ordinário provido. Segurança concedida.  
(RMS 9161/MG, Rel. Min. Vicente Leal, DJ em 18/08/98)

Com efeito, não obstante a demissão em tela não tenha sido fruto de imputação de fato ou de medida disciplinar, tenho que o poder de autotutela que inegavelmente possui a administração, há de receber o influxo procedimental do princípio do contraditório, na exata medida em que o exercício dessa autotutela possa gerar reflexo na esfera jurídica de terceiros.

Nessa linha, em decisão monocrática, o Ministro Celso de Mello decidiu:

**EMENTA: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PROCEDIMENTO DE CARÁTER ADMINISTRATIVO. SITUAÇÃO DE CONFLITUOSIDADE EXISTENTE ENTRE OS INTERESSES DO ESTADO E OS DO PARTICULAR. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PELO PODER PÚBLICO, DA FÓRMULA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS OF LAW". PRERROGATIVAS QUE COMPÕEM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO. O DIREITO À PROVA COMO UMA DAS PROJEÇÕES CONCRETIZADORAS DESSA GARANTIA CONSTITUCIONAL. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.**  
**-A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a essencialidade do princípio que consagra o "due process of law", nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa, sob pena de nulidade do próprio ato punitivo ou da medida restritiva de direitos. Precedentes. Doutrina.**  
**- Assiste, ao interessado, mesmo em procedimentos de índole administrativa, como direta emanção da própria garantia constitucional do "due process of law" (CF, art. 5º, LIV) - independentemente, portanto, de haver previsão normativa nos estatutos que regem a atuação dos órgãos do Estado -, a prerrogativa indisponível do contraditório e da plenitude de defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (CF, art. 5º, LV), inclusive o direito à prova.**

187  
326 p



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

- **Abrangência da cláusula constitucional** do "due process of law".  
(RDA 97/110 - RDA 114/142 - RDA 118/99 - RTJ 163/790, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - AI 306.626/MT, Rel. Min. CELSO DE MELLO, In: Informativo/STF n 253/2002 - RE 140.195/SC, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - RE 191.480/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 199.800/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.).

Com essa fundamentação, pela qual reconheço que o afastamento do autor/apelado do seu cargo deu-se com violação aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicando o apelo voluntário.

É como voto.

Recife, 11<sup>o</sup> de dezembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



327 P 188



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Remessa Necessária e Apelação Cível nº 0165252-4**  
**Remetente:** Juízo da 1ª Vara Privativa da Fazenda Pública de Caruaru  
**Apelante:** Município de Caruaru  
**Apelado:** José Hamilton de Lima

**VOTO DE REVISÃO**

**PRELIMINAR – APRECIÇÃO DO AGRAVO RETIDO – MATÉRIA  
PRESCRIÇÃO**

De logo, apreciando o agravo retido em preliminar quanto a matéria de prescrição quinquenal de que trata o Dec. Nº 20.910/32, vislumbro não merecer acatamento.

Vislumbro que o ato demissionário se dera em 04 de outubro de 2001, enquanto a ação foi ingressa em 28 de setembro de 2006, ou seja antes dois cinco anos, pois, escorar-se-ia em 04 de outubro de 2006.

Por conseguinte, nego provimento ao agravo retido, trazido como preliminar, para afastar a prescrição.

É como voto.

**MÉRITO**

O apelado ingressou no serviço público da edilidade em 01.05.1987, através de contrato temporário e com o advento da Constituição Federal de 1988, e com o surgimento da lei municipal 3.672/94, teve a sua função transformada em cargo público, passando a ser servidor estatutário.

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 -- Fone: (081) 3419-3726.

Jlpg - RN e AC 0165252-4



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Não pode, entretanto, prosperar a arguição do Município de que esse funcionário não obteve a estabilidade mencionada no art. 41, § 1º, da Carta Magna de 88, sendo possível a exoneração sem procedimento administrativo, pois a jurisprudência dos Tribunais Superiores exige a instauração de procedimento prévio administrativo.

Por conseguinte, nego provimento ao reexame necessário ficando prejudicado o voluntário, para reconhecer a violação aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, mantendo a sentença de 1º Grau incólume.

Este é o voto.

Recife, 10 de

12 de 2007

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**